

FMI: dívida pública deve cair a 43,3% do PIB em 2010

Aperto fiscal do país será
chave para redução, diz
Fundo em novo relatório

• BRASÍLIA. O governo federal deverá levar dez anos para baixar a dívida líquida do setor público aos níveis de dezembro de 1998. Ontem o Banco Central divulgou relatório com projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), prevendo queda da relação entre dívida líquida e Produto Interno Bruto (PIB) dos atuais 49,52% (R\$ 563,2 bilhões) para 43,3% em 2010, mesmo patamar de dois anos atrás.

Junto com o resultado primário — que mede receitas e despesas do governo, sem considerar gastos com juros — a relação dívida/PIB é o principal indicador do ajuste fiscal.

Fundo diz que PIB do país terá de crescer 4% em média

“A política fiscal deve ser construída a fim de permitir um regular e não insignificante declínio da relação dívida/PIB, que permite uma flexibilidade necessária na política monetária (taxa de juros) e a redução da vulnerabilidade do país a choques macroeconômicos”, dizem os técnicos do FMI, cujo relatório, intitulado “Baseline scenario assumptions”, está nos sites da instituição (www.imf.org) e do BC (www.bcb.gov.br).

O FMI considera que essa redução da dívida terá de ser acompanhada por um crescimento anual do PIB de 4%, em média, e pela manutenção de receitas maiores que despesas até 2010. Isso significará a permanência do ajuste fiscal, quaisquer que sejam os presidentes da República que assumam depois de 2002. Segundo as projeções, o superávit primário do Brasil deverá ser em média de 2,2% do PIB anuais nos próximos dez anos. Em 2000, o resultado foi de 3,52% (R\$ 38,2 bilhões). Neste ano, a projeção é de um saldo de 3% do PIB (em torno de R\$ 35 bilhões).

Reajuste médio estimado para servidor de 4% a 5% ao ano

No entanto, o relatório do FMI ressalta que o pico do superávit primário ocorreu no ano passado. De 2001 até 2004, haverá queda gradativa para um nível mínimo de 1,9% do PIB. A explicação é que o Tesouro Nacional terá diminuição nas receitas com concessões de serviços públicos (energia elétrica e telefonia) e na arrecadação da PPE (o imposto com alíquota variável sobre combustíveis). O superávit primário chegará a 2,5% do PIB em 2010.

As concessões das bandas C, D e E da telefonia celular, que têm leilões previstos a partir da próxima semana, devem contribuir com R\$ 8,7 bilhões para a meta do superávit primário em 2001. Os analistas do FMI acreditam que o ajuste fiscal poderá ser mantido com o controle de salários do funcionalismo público. As estimativas consideram adequado para o equilíbrio das contas públicas um aumento médio entre 4% e 5% ao ano para os servidores nos próximos 10 anos. O FMI ainda lembra que a Previdência deveria implantar a contribuição de aposentados e militares. ■